

Rede Rebeca: um repositório em rede para a promoção do acesso à informação acessível

Rede Rebeca: a networked repository for the promotion of access to accessible information

Ana Paula Lima dos Santos¹

Resumo:

Os repositórios digitais desempenham papel fundamental na disseminação do conhecimento científico em instituições de ensino e pesquisa, especialmente nas universidades. Contudo, para cumprirem efetivamente essa função, é imprescindível que sejam concebidos e mantidos sob princípios de acessibilidade informacional. O acesso à informação por pessoas com deficiência permanece um desafio, na medida em que, muitas vezes, as iniciativas institucionais priorizam aspectos tecnológicos dos repositórios em detrimento da acessibilidade dos conteúdos neles depositados. Nesse contexto, a Rede Brasileira de Repositórios de Conteúdos Acessíveis (REDE REBECA) configura-se como um repositório de informação acessível e deve ser compreendida pelas bibliotecas e centros de pesquisa como um recurso estratégico para a comunicação científica acessível e para a promoção do direito à informação das pessoas com deficiência. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, baseada em análise documental da REDE REBECA e em revisão narrativa da literatura. O objetivo do estudo é divulgar a REDE REBECA, evidenciando seu papel e sua importância no fortalecimento da comunicação científica acessível, bem como discutir a necessidade de ampliação da adesão institucional por parte de bibliotecas e instituições de pesquisa. Os resultados indicam uma baixa adesão à rede, o que limita o acesso à informação por pessoas com deficiência vinculadas às instituições participantes. Conclui-se que a REDE REBECA constitui um instrumento relevante para a gestão da informação nas bibliotecas, ao oferecer uma infraestrutura colaborativa de compartilhamento de conteúdos informacionais acessíveis.

Palavras-chave: acessibilidade informacional; repositório digital; comunicação científica acessível.

Abstract:

Digital repositories play a fundamental role in the dissemination of scientific knowledge within teaching and research institutions, especially universities. However, for them to effectively fulfill this function, it is essential that they be designed and maintained according to principles of informational accessibility. Access to information by people with disabilities remains a challenge, as institutional initiatives often prioritize the technological aspects of repositories at the expense of the accessibility of the content deposited therein. In this context, the Brazilian Network of Accessible Content Repositories (REDE REBECA) is characterized as an accessible information repository and should be understood by libraries and research centers as

¹ Doutora e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCIUFF). Professora Assistente do Departamento de Ciência da Informação da UFF. E-mail: ap_lima@id.uff.br. Niterói, RJ, Brasil.

a strategic resource for accessible scholarly communication and for promoting the right to information for persons with disabilities. Methodologically, this study is qualitative in nature, with a descriptive approach, based on documentary analysis of REDE REBECA and a narrative literature review. The objective of the study is to publicize REDE REBECA, highlighting its role and importance in strengthening accessible scholarly communication, as well as to discuss the need to expand institutional membership by libraries and research institutions. The results indicate low adherence to the network, which limits access to information for persons with disabilities affiliated with participating institutions. It is concluded that REDE REBECA constitutes a relevant instrument for information management in libraries, as it offers a collaborative infrastructure for sharing accessible informational content.

Keywords: Informational accessibility; digital repository; accessible scholarly communication.

1 Introdução

Este artigo apresenta um recorte analítico da pesquisa desenvolvida no âmbito da tese de doutorado, que investiga o acesso à informação por pessoas com deficiência no contexto das bibliotecas e das políticas de informação, com ênfase nas dimensões institucionais e atitudinais da acessibilidade informacional (Santos, 2024).

O acesso à informação por pessoas com deficiência ainda se apresenta como um desafio estrutural para bibliotecas e demais unidades de informação, demandando sua consolidação como prioridade nas políticas e práticas institucionais. Embora o tema da acessibilidade informacional esteja amplamente difundido em marcos legais, diretrizes normativas e na produção teórica da Ciência da Informação, observa-se que a efetivação dessas orientações no cotidiano das bibliotecas ocorre de forma desigual e, muitas vezes, limitada. Nesse contexto, as barreiras não se restringem apenas a aspectos técnicos ou tecnológicos, mas envolvem, de modo significativo, dimensões atitudinais e institucionais que impactam diretamente a oferta de serviços e recursos informacionais acessíveis.

A literatura especializada e a legislação brasileira têm avançado no reconhecimento do direito das pessoas com deficiência ao acesso à informação em igualdade de condições, reforçando o papel social das bibliotecas como espaços de inclusão. No entanto, a distância entre o discurso normativo e a prática institucional revela a necessidade de iniciativas que apoiem as bibliotecas na implementação de ações concretas voltadas à acessibilidade. Entre essas ações, destacam-se os repositórios de informação acessível, que podem atuar como instrumentos estratégicos para ampliar o acesso a conteúdos em formatos adequados às diferentes necessidades informacionais.

É nesse cenário que se insere a Rede Brasileira de Repositórios de Conteúdos Acessíveis (REDE REBECA), concebida como uma rede de apoio às bibliotecas e instituições de ensino, pesquisa e cultura. A REDE REBECA constitui-se como um repositório de informação acessível, fundamentado na cooperação institucional, no compartilhamento de recursos informacionais e na mediação do acesso por meio das instituições aderentes. Contudo, apesar de seu potencial para fortalecer práticas inclusivas no âmbito das bibliotecas, a rede ainda apresenta baixa adesão institucional, contando, atualmente, com apenas 19 instituições participantes em todo o território nacional.

Nesse contexto, indagamos como a REDE REBECA se configura como uma estratégia de apoio às bibliotecas para a promoção do acesso à informação acessível por pessoas com deficiência, a partir da adesão institucional?

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo divulgar a REDE REBECA, evidenciando seu papel como uma rede de apoio às bibliotecas na promoção do acesso à informação por pessoas com deficiência, bem como refletir sobre a importância da ampliação da adesão institucional como condição para o fortalecimento de políticas de informação acessível no contexto dos repositórios digitais.

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, segundo Demo (2011) faz jus à realidade, curvando-se diante dela busca o aprofundamento por familiaridade, convivência e comunicação, tentando preservar a dinâmica enquanto analisa, formalizando-a mais flexivelmente. Rampazzo (2013) refina o conceito da abordagem qualitativa definindo-a como uma compreensão particular daquilo que se estuda, almejando a absorção dos fenômenos estudados. Nesse contexto é uma pesquisa de cunho descritivo a qual é aquela que busca fazer “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou [...] o estabelecimento de relações entre variáveis”, a analítica vai ampliar as conclusões da pesquisa descritiva, servindo como um complemento uma vez que analisa e explica o “por quê” e “como” os fatos ocorrem (Gil, 2017, p. 26).

Também é uma revisão narrativa de literatura que envolve o levantamento de publicações “[...] apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual, abrangendo diversos artigos e documentos pertinentes ao tema” (Rother, 2007, p. 1).

Para essa etapa da pesquisa, foram utilizadas as fontes presentes na tese como recorte as que tratavam as questões relacionadas à REDE REBECA.

As fontes selecionadas foram analisadas e avaliadas quanto à sua relevância e contribuição à investigação proposta. Os artigos levantados foram essenciais no desenvolvimento da discussão sobre acessibilidade informacional e repositórios digitais, além da análise do modelo de adesão institucional da rede, constituindo-se no aporte teórico usado para as reflexões deste artigo.

Os resultados deste estudo não se configuram como achados empíricos, mas como resultados de natureza teórica, dada a relevância dessas discussões para as políticas informacionais inclusivas nas bibliotecas universitárias.

3 Acessibilidade, informação e repositórios digitais

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), aborda a aquisição de acervos acessíveis para as bibliotecas (Brasil, art. 68, 2015).

É indispensável que haja um esforço conjunto para garantir que os arquivos digitais sejam criados com acessibilidade desde o início. Esse enfrentamento não deve ser restrito apenas àqueles que têm interesse na temática, mas sim, deve ser compartilhado por toda a sociedade e por cada indivíduo. Em alguns casos, a adaptação é a única alternativa viável, como destacado na LBI de 2015, que menciona a importância das adaptações razoáveis, referindo-se ao conceito de Desenho Universal.

Essa adaptação é amparada pela LBI [início da citação]: “O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras” (Brasil, art. 68, §3º, 2015).

Miranda (1978) alerta que a pobreza informacional de um acervo compromete qualquer esforço no sentido de envolver os processos de ensino e aprendizagem e, obviamente, vai interferir na pesquisa bibliográfica, com consequências no acesso à informação. Miranda já apontava essas questões há 43 anos, e elas permanecem. São raras as Bibliotecas Universitárias que, em sua política de seleção e compra, fazem planejamento direcionado a um crescimento racional do acervo, que seja estratégico e equivalente, conforme o cronograma das atividades de docência, ensino, pesquisa e extensão da universidade (Weitzel, 2013).

Em nossa atual realidade, tendo em vista os problemas que enfrentamos, como falta de recursos financeiros e de pessoal e, obviamente, as mudanças de governo que interferem diretamente na gestão pública, favorecendo ou não as universidades públicas, torna-se difícil

superar a “pobreza” dos acervos. E, quando pensamos em acervos acessíveis, essa situação se agrava. Tudo isso traz à tona uma contradição: como ter políticas que incentivem as PcD a ingressar na universidade, se o principal lugar que deveria prover o acesso à informação e o suporte aos seus estudos não tem materiais acessíveis ou estes são insuficientes?

Enquanto a rede de acervos acessíveis não é aderida em grande escala, as Bibliotecas Universitárias devem buscar alternativas, como a doação, a permuta e o empréstimo entre bibliotecas, para sanar as necessidades de informação de seus usuários. Atualmente, essa gestão de acervos é facilitada pela presença da maioria das bibliotecas em rede. Mas, a grande questão/problema, refere-se aos acervos acessíveis, pois são poucas as bibliotecas que os possuem. Essa situação só mudará quando as políticas informacionais inserirem esses materiais nos seus processos de aquisição. Também é necessária uma política de conscientização de produção de documentos acessíveis, pois os repositórios em sua maioria estão com conteúdos inacessíveis, fruto da falta de política de depósito com relação ao conteúdo acessível (Santos; Souza, 2025).

Por isso, além de promover a acessibilidade por meio dos seus serviços e produtos, a biblioteca deve se preocupar com um acervo acessível de qualidade para os seus usuários com deficiência, e isso inclui o tratamento técnico, de forma que as PcD possam acessar os registros documentários e encontrar as informações disponíveis.

Desde 1994, foi criado na Suécia, o *Digital Accessible Information System* (Sistema de Informação Digital Acessível) é um sistema de livros digitais, conhecido como Daisy, dirigido por um consórcio de bibliotecas de livros audiodescritos, que faz parte do projeto de transcrição global dos livros analógicos para os digitais falados. "O objetivo do consórcio, lançado em 1996, é fazer com que todas as informações publicadas estejam disponíveis – num formato acessível, rico em recursos, e navegável – a pessoas com deficiência visual" (OMS; *The World Bank*, 2012, p. 197). A proposta é lançar, concomitantemente e com o mesmo custo das obras para as pessoas sem deficiência, as publicações para PcD. No ano de 2005, a obra “Harry Potter e o Enigma do Príncipe” foi comercializada no formato *Daisy*, proporcionando às crianças com deficiência visual a mesma oportunidade de lançamento da história na versão impressa (OMS; *The World Bank*, 2012).

O consórcio *Daisy* também atua: na melhoria e na construção de bibliotecas em países em desenvolvimento; na produção de *software* e conteúdo no idioma da localidade; na capacitação de pessoal; na criação de redes organizativas; na influência de leis internacionais dos direitos autorais; e nas melhores práticas de compartilhamento de materiais acessíveis (OMS; *The World Bank*, 2012). Colabora, também, com os organismos de âmbitos Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 91-103, jul./dez. 2025

internacionais na elaboração de normas amplamente utilizadas em todo o mundo e abertas ao público; e desenvolve ferramentas inteligentes e acessíveis, como a *DAISY XML-DTBook*, que "é um documento de fonte única para a distribuição de diversos formatos tais como cópias de livros impressos, livros de e-texto EPUB, livros em Braille, livros falados, e livros com caracteres grandes" (OMS; *The World Bank*, 2012, p. 197).

Na página do Daisy, pode ser baixado o *Adaptive Multimedia Information System* (AMIS), ou Sistema de Informação Adaptável Multimídia, que está disponível em vários idiomas como: africânes, chinês, inglês, francês, islandês, norueguês e tâmil. O AMIS é um sistema de código aberto de áudio livre. De acordo com o relatório da OMS e do Banco Mundial (2012), no *Sri Lanka*, a *Fundação Daisy Lanka* criou mais de 200 livros falados no formato digital, no idioma local, e 500 em inglês, agregando manuais escolares e materiais universitários.

O objetivo principal do consórcio *Daisy* é tornar o acesso à leitura mais inclusivo e equitativo, garantindo que a PcD visual ou outras limitações tenha acesso a uma ampla variedade de livros em formatos acessíveis. Além disso, o consórcio também trabalha para promover a conscientização sobre a importância da acessibilidade na leitura e em outras áreas da vida.

No Brasil, temos a Fundação Dorina Nowill² com um acervo expressivo de livros em braille, áudio e em formato *Daisy*.

O trabalho de cooperação entre redes colaborativas é fundamental para maximizar acervos e ampliar a oferta de materiais para os usuários, visto que há pouca produção de livros em formato acessível nas bibliotecas (Furtado; Malheiros; Sousa, 2023). Algumas redes já estão sendo formadas com esse objetivo, como a Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA): primeira rede colaborativa de acervos acadêmicos adaptados, que visa promover o acesso à informação de conteúdos acadêmicos. Tem como objetivo reunir IES que desenvolvem ações e serviços de atendimento informacional às pessoas matriculadas nos cursos dessas instituições com fins de cooperação técnica e o intercâmbio das obras em formato acessível (FEBAB, 2021).

"A Rede Rebeca é uma resposta à legislação brasileira e internacional pelo acesso à informação, tendo nas ações cooperativas em rede a possibilidade de maximizar seus recursos,

²O Dorina Daisy Reader Mais (DDReader+) é um leitor de livros digitais em formato DAISY 3.0. Ele é oferecido em três idiomas: português, inglês e espanhol (Fundação Dorina, 2013).

acervos e ampliar o conhecimento científico sobre a produção de conteúdo em formato acessível no ambiente acadêmico” (Melo *et al.*, 2022, p. 259).

González de Gómez (2002, 2009, 2012) e Freire (2008) relacionam as políticas de informação à noção de rede (de atores), associando-a aos fluxos, circulações, alianças e movimentos de cooperação. Segundo Freire (2008, p. 200), nos estudos sobre os regimes de informação, devemos entender que “uma rede de atores não é redutível a um ator sozinho, nem a uma rede; ela é composta de séries heterogêneas de elementos, animados e inanimados, conectados, agenciados”. Logo, não basta integrar uma rede de informação acessível e pressupor que, a partir disso, as demandas por inclusão estejam plenamente atendidas. A adesão institucional deve ser acompanhada de estudos, planejamento e da adoção de práticas que efetivamente ampliem o acesso à informação e reduzam entraves burocráticos que, muitas vezes, afastam os usuários dos serviços informacionais.

Considerando que o acesso à informação constitui um direito fundamental, a acessibilidade e a inclusão não podem ser tratadas como ações periféricas ou ocasionais, realizadas apenas quando há disponibilidade de tempo ou recursos. Ao contrário, devem ser incorporadas de forma transversal às rotinas de trabalho das bibliotecas, orientando decisões, fluxos e práticas profissionais de modo contínuo e sistemático.

O Tratado de Marraqueche traz uma visão positiva para a questão da acessibilidade informacional e para o desenvolvimento de acervos acessíveis, permitindo-nos fazer bons prognósticos para o desenvolvimento de redes colaborativas (Brasil, 2021); (Santos; Souza, 2024). Porém, os entraves políticos para sua implementação são preocupantes e retardam o andamento do seu propósito que é viabilizar o acesso às obras publicadas para pessoas com deficiência, especialmente, as com deficiência visual (Brasil, 2022).

Cunha e Malheiros (2018), em estudos sobre as condições de acessibilidade referente ao acesso à informação pelas PcD visual no Brasil e no exterior (Estados Unidos, Dinamarca, Suécia, Canadá Austrália e Reino Unido), realizados nos anos de 2014 a 2017, constataram que as bibliotecas do exterior estão melhor preparadas, no quesito acessibilidade, que as brasileiras. Entre as áreas de destaque estão o atendimento às PcD visual e a prestação de serviços colaborativos e em rede, o que sinaliza que as bibliotecas brasileiras já começaram a se atentar para os benefícios dos serviços cooperativos, bem como para o trabalho em rede no atendimento aos usuários com deficiência. Nesse caso específico, as PcD visual se beneficiariam mais desse tipo de trabalho, com a possibilidade de empréstimo de materiais visuais, que por sinal, são caríssimos, e outros materiais táteis.

Vale lembrar que, no atendimento da PcD visual, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) – que é a LBI, base legal que permite a reprodução de obras para formatos acessíveis pelos profissionais que atuam em biblioteca – destaca, que a reprodução é permitida apenas para uso exclusivo no atendimento da pessoa com esse tipo de deficiência e sem fins comerciais (Brasil, art. 42, 2015). Com isso, ressaltamos que o acesso à informação da PcD não fere os direitos autorais e a propriedade intelectual como um todo.

Cabe, aqui, mencionar o guia para bibliotecas lançado no ano de 2022 pela Comissão Brasileira de Direitos de Autor e Acesso Aberto (CBDA3), da FEBAB, sobre os direitos autorais e acesso ao conhecimento, informação e cultura (Couto, 2022). Esse guia aponta que, além da LDA e do EPD, o Brasil aderiu recentemente ao Tratado de Marraqueche, que possibilita às PcD visual terem o direito constitucional garantido com relação ao acesso à informação, independentemente de autorização de detentores de direitos autorais.

4 A Rede Rebeca: caracterização e funcionamento

A Rede Brasileira de Repositórios de Conteúdos Acessíveis (REDE REBECA) configura-se como uma iniciativa colaborativa voltada à ampliação do acesso à informação por pessoas com deficiência, por meio da organização, disponibilização e compartilhamento de conteúdos informacionais em formatos acessíveis. Estruturada como um repositório em rede, a REDE REBECA fundamenta-se na cooperação interinstitucional, reunindo bibliotecas e instituições de ensino, pesquisa e cultura que assumem o compromisso de mediar o acesso a materiais informacionais acessíveis a seus públicos vinculados.

Diferentemente de repositórios digitais de acesso aberto irrestrito, a REDE REBECA adota um modelo de funcionamento no qual o acesso aos conteúdos é condicionado à vinculação institucional da pessoa com deficiência. Nesse arranjo, as instituições aderentes desempenham papel central como mediadoras do acesso, sendo responsáveis por cadastrar usuários, orientar o uso do repositório e garantir que os materiais sejam utilizados de acordo com os princípios legais e éticos que regem a produção e a circulação de obras em formatos acessíveis. Tal modelo reforça a dimensão institucional da acessibilidade informacional, ao mesmo tempo em que evidencia a responsabilidade das bibliotecas na efetivação do direito à informação.

O acervo da REDE REBECA é composto por materiais informacionais acessíveis em diferentes formatos, desenvolvidos para atender às necessidades de pessoas com distintos tipos de deficiência, especialmente aquelas relacionadas a barreiras de leitura e acesso ao texto

Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 91-103, jul./dez. 2025

impresso. A organização dos conteúdos segue critérios que buscam assegurar a recuperabilidade da informação e a adequação dos materiais aos padrões de acessibilidade, contribuindo para que o repositório atue como um instrumento de apoio às práticas inclusivas das bibliotecas.

No que se refere à adesão institucional, a REDE REBECA depende diretamente do engajamento das bibliotecas e instituições interessadas em integrar a rede. Atualmente, o número reduzido de instituições participantes, apenas 21 em todo o território nacional, revela tanto o caráter ainda incipiente da iniciativa quanto o desafio de sensibilizar gestores e profissionais da informação para a importância da acessibilidade como dimensão constitutiva dos repositórios digitais. Esse cenário evidencia que, para além da existência da infraestrutura tecnológica, é necessário promover ações de divulgação e articulação institucional que fortaleçam a rede e ampliem seu alcance social.

Assim, a REDE REBECA se apresenta não apenas como um repositório de informação acessível, mas como uma estratégia de fortalecimento das bibliotecas enquanto agentes de inclusão informacional. Ao articular cooperação, mediação institucional e acessibilidade, a rede contribui para a construção de práticas mais equitativas no âmbito dos repositórios digitais, ao mesmo tempo em que evidencia os desafios ainda presentes para a consolidação de políticas de informação acessível no contexto brasileiro.

Embora iniciativas voltadas à acessibilidade informacional tenham avançado no âmbito normativo e institucional, observa-se que os procedimentos burocráticos estabelecidos para o acesso a materiais acessíveis, em muitos casos, acabam por produzir efeitos contraditórios. Exigências excessivas, fluxos complexos de autorização e a centralização do acesso podem transformar o que se propõe como inclusão em novas formas de exclusão, dificultando ou retardando o atendimento às necessidades informacionais das pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, a mediação institucional, quando não acompanhada de práticas sensíveis e orientadas pela experiência do usuário, corre o risco de reforçar barreiras atitudinais, ao invés de superá-las. Assim, na tentativa de garantir conformidade legal e controle do uso dos materiais, bibliotecas e instituições podem, paradoxalmente, limitar o exercício do direito à informação, evidenciando a necessidade de repensar procedimentos e modelos de acesso à luz dos princípios da acessibilidade e da equidade informacional.

Além das barreiras burocráticas, observa-se que muitas iniciativas brasileiras voltadas à disponibilização de materiais acessíveis enfrentam problemas relacionados à atualização e à manutenção de seus acervos. Não é incomum encontrar conteúdos desatualizados, incompletos

ou que já não correspondem às demandas informacionais contemporâneas das pessoas com deficiência, o que compromete a efetividade dessas ações.

A ausência de políticas institucionais contínuas de curadoria, atualização e avaliação dos materiais acessíveis acabam por reforçar a percepção de que a acessibilidade é tratada como uma ação pontual, e não como um processo permanente. Esse cenário evidencia que a simples existência de materiais em formatos acessíveis não garante, por si só, o acesso qualificado à informação, sendo indispensável que as bibliotecas assumam uma postura ativa na gestão, atualização e mediação desses conteúdos.

Santos (2024) identificou, em sua pesquisa, que as bibliotecas universitárias do estado do Rio de Janeiro participam ativamente de redes colaborativas consolidadas, como a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) e a Rede de Centros de Informação em Arte do Estado do Rio de Janeiro (REDARTE). No entanto, observa-se a ausência dessas bibliotecas em redes voltadas especificamente à promoção da inclusão e da acessibilidade informacional, como a REDE REBECA, evidenciando uma lacuna entre a participação em iniciativas colaborativas tradicionais e o engajamento em redes com foco inclusivo.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível fortalecer a atuação de bibliotecários comprometidos com uma postura crítica e propositiva frente às desigualdades de acesso à informação. Mais do que gestores de acervos e serviços, são necessários profissionais que assumam um papel ativo na defesa da inclusão informacional, atuando como agentes de transformação institucional. A adoção de uma postura profissional engajada, orientada por princípios éticos e sociais, contribui para tensionar práticas excludentes naturalizadas e para promover mudanças estruturais nas bibliotecas, reafirmando a acessibilidade como um direito e não como uma concessão.

5 Considerações Finais

A discussão apresentada ao longo deste artigo evidencia que a promoção do acesso à informação por pessoas com deficiência não pode permanecer restrita ao campo normativo ou ao discurso institucional, sendo necessária sua efetiva incorporação às práticas cotidianas das bibliotecas e aos modelos de gestão dos repositórios digitais. Nesse sentido, a acessibilidade informacional deve ser compreendida como um compromisso ético, social e profissional, intrínseco à missão das bibliotecas enquanto instituições mediadoras do acesso ao conhecimento.

A REDE REBECA apresenta-se como uma iniciativa estratégica para apoiar as bibliotecas na implementação de ações concretas voltadas à acessibilidade, ao oferecer uma infraestrutura colaborativa de compartilhamento de conteúdos informacionais acessíveis. Entretanto, o número ainda reduzido de instituições aderentes evidencia que os desafios relacionados à acessibilidade extrapolam aspectos técnicos, revelando a persistência de barreiras atitudinais e institucionais que limitam o alcance de iniciativas já existentes.

Diante desse cenário, torna-se fundamental conclamar as bibliotecas, especialmente aquelas vinculadas a instituições de ensino, pesquisa e cultura, a aderirem à REDE REBECA, reconhecendo seu potencial como instrumento de fortalecimento das políticas de informação acessível. A adesão institucional à rede representa não apenas a ampliação do acesso aos materiais por parte das pessoas com deficiência vinculadas a essas instituições, mas também o reconhecimento do papel das bibliotecas como agentes ativos na construção de ambientes informacionais mais equitativos.

Ao ampliar a participação institucional na REDE REBECA, as bibliotecas contribuem para o fortalecimento de uma cultura de cooperação, compartilhamento e responsabilidade social no âmbito dos repositórios digitais. Mais do que integrar uma rede, trata-se de assumir um posicionamento político e profissional em favor do direito à informação acessível, reafirmando o compromisso da Ciência da Informação com a inclusão e a justiça informacional.

Para finalizar, deixo uma reflexão: que a existência de bases ou repositórios destinados exclusivamente às pessoas com deficiência não deve ser compreendida como um modelo ideal de inclusão informacional. Embora tais iniciativas possam desempenhar um papel relevante em contextos específicos, elas não substituem a necessidade de que a acessibilidade seja incorporada como princípio estruturante dos sistemas de informação.

A inclusão efetiva pressupõe que repositórios, serviços e ambientes informacionais sejam concebidos, desde sua origem, para atender à diversidade de usuários, garantindo o acesso aos mesmos conteúdos, em igualdade de condições. Assim, mais do que criar espaços informacionais paralelos, é fundamental promover transformações institucionais e profissionais que consolidem a acessibilidade como requisito indissociável do direito à informação.

Referências

ALMEIDA, Mario de Souza. *Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva*. São Paulo: Atlas, 2011. 80 p.

BRASIL. Decreto n. 10.882, de 3 de dezembro de 2021. Regulamenta o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 159, n. 228, p. 3, 6 dez. 2021.

BRASIL. Portaria n. 505, de 21 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre o processo administrativo de reconhecimento de entidades autorizadas para a realização do intercâmbio transfronteiriço e a importação de exemplares [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 160, n. 37, p. 75, 22 fev. 2022.

COUTO, Walter Eler *et al.* *Guia para bibliotecas: direitos de autor e acesso ao conhecimento, informação e cultura*. São Paulo: FEBAB/CBDA3, 2022.

FEBAB. *Diretório Brasileiro de Bibliotecas Acessíveis*. São Paulo: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, 2021a. (Coleção Grupo de Trabalho – Acessibilidade em Bibliotecas). Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6173>. Acesso em: 21 jan. 2026.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 195-207, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362008000300013>. Acesso em: 29 jan. 2026.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FURTADO, Margareth Maciel Figueiredo Dias; MALHEIROS, Tania Milca de Carvalho; SOUSA, Clemilda dos Santos. O desenvolvimento de coleções em formato acessível com base no compartilhamento entre redes colaborativas. In: FARIA, Keyla Rosa; GOMES, Suely Henrique de Aquino (orgs.). *Bibliotecas inclusivas: informação para todas e todos*. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2023. p. 43-65. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/bibliotecas_inclusivas.pdf. Acesso em: 21 jan. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004>. Acesso em: 29 jan. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As ciências sociais e as questões da informação. *Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 14, p. 18-37, 2009. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4832>. Acesso em: 13 jan. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de Informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira, *et al.* Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA): desafios e perspectivas na colaboração do acesso à informação às pessoas com deficiência visual no Brasil. *RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 254-265, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v15.n1.2022.42463>. Acesso em: 29 jan. 2026.

Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 91-103, jul./dez. 2025

OMS; THE WORLD BANK. *Relatório mundial sobre a deficiência*. Tradução: Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf?sequence=4 Acesso em: 21. Jan. 2026.

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica*: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7. ed. [S. l.]: Edições Loyola, 2013.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 1, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001> . Acesso em: 20 jan. 2025.